



22(1):233-240  
jan./jun. 1997

# RESENHA CRÍTICA

APPLE, Michael. *Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis: Vozes, 1997.

## Conservadorismo e contra-hegemonia em políticas de currículo

Antonio Flavio Barbosa Moreira  
Alice Ribeiro Casimiro Lopes

Quais os efeitos da restauração conservadora nas recentes políticas de currículo? Quais os limites e as possibilidades de uma ação contra-hegemônica nas escolas? São essas as principais questões abordadas por Michael Apple em *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Dada a inegável contribuição do autor para a teorização crítica de currículo, a divulgação desse livro em nosso país é bastante auspiciosa, posto que reafirma o potencial analítico dessa teorização, a despeito do descrédito e da crise por que passa.

Em meio à diversificação e à sofisticação teórica que crescentemente têm caracterizado o pensamento curricular contemporâneo, no qual novas influências induzem a novas perspectivas, novas ênfases e novas temáticas, Apple tem sido visto como exemplo de razoável fidelidade às questões e aos referenciais primeiros da sociologia do currículo. Professor de Currículo e Ensino e de Política Educacional na Universidade de Wisconsin, Madison, tem seu nome associado ao movimento de reconceptualização do campo do currículo, ocorrido nos anos setenta nos EUA, caracterizado tanto pela rejeição do enfoque técnico que dominava o campo, como pelo reconhecimento do caráter político das decisões curriculares.

Os trabalhos de Apple são bastante divulgados no Brasil. Encontram-se com frequência nas bibliografias de cursos de Currículo e de Sociologia da Educação os livros *Ideologia e Currículo*, *Educação e Poder*, *Trabalho Docente e Textos*, além de inúmeros artigos publicados em nossos periódicos. Falta ainda ser traduzido e mais conhecido entre nós *Política Cultural e Educação*, lançado nos Estados Unidos em 1996.

Em seus estudos, Apple enfatiza, prioritariamente, a relação entre poder e cultura, buscando explorar como a distribuição cultural e o poder econômico estão intimamente entrelaçados, não apenas nos valores transmitidos na escola, mas também no que é aceito como conhecimento escolar. Tenta, assim, examinar como o currículo pode contribuir para criar e recriar a hegemonia ideológica dos grupos e classes dominantes.

Para melhor entender o nexa entre educação e estrutura econômica, entre conhecimento e poder, Apple focaliza, nos primeiros trabalhos, o currículo oculto, o currículo em ação, as perspectivas utilizadas pelos/as professores/as para planejar, organizar e avaliar o que se passa nas aulas, assim como as limitações das concepções empírico-positivistas de ciência adotadas por muitos/as educadores/as. No que tem sido considerado um segundo momento de sua obra, analisa de que modo o formato dos materiais curriculares pode ser usado como instrumento de controle de alunos/as e professores/as. Destaca, então, a inevitável ocorrência de resistências e contradições junto aos esforços de reprodução da estrutura social, ocorrência essa capaz de produzir resultados diferentes dos esperados.

Nos livros *Educação e Poder* e *Trabalho Docente e Textos*, desenvolve a preocupação com a influência das dinâmicas de raça e gênero, além de classe social, nos elementos de discriminação e/ou libertação presentes em escolas, currículos e salas de aula. Procura, ainda, aprofundar a compreensão da relação entre Estado, escola e currículo.

Segundo o autor, o conjunto de seus livros documenta seu esforço para compreender os limites e as possibilidades de uma ação educacional democrática que se contraponha à prática coercitiva com frequência encontrada nas instituições escolares. Ao mesmo tempo que admite estar adquirindo uma visão cada vez mais aguda das causas da opressão experienciada por muitas pessoas, Apple reafirma sua constante indignação pelo que a sociedade tem feito às crianças. Daí a rejeição ao recente fortalecimento político da Nova Direita e a insistência em criticar suas iniciativas na organização da educação, dentre as quais podem ser mencionadas as propostas de definir um currículo nacional, de estabelecer um sistema nacional de testagem e avaliação, bem como de atrelar o ensino e o currículo às necessidades do mundo dos negócios e da indústria. Apple denuncia enfaticamente que o efeito continuado das reformas educacionais que se vêm processando não será senão exacerbar desigualdades existentes e perpetuar a velha prática de culpar os/as professores/as por desigualdades sociais e econômicas generalizadas. No livro *Conhecimento oficial*, ilustram-se significativamente essa luta e essas críticas, evidenciando-se, ainda, as mais recentes preocupações e construções teóricas do autor.

No primeiro capítulo, que corresponde de fato a uma introdução, Apple reafirma seu compromisso com um trabalho pedagógico crítico, o que implica conectar-se com movimentos sociais e grupos que continuamente desafiam as relações de exploração e dominação e enfrentar a complexidade teórica e política envolvida em tal compromisso. Para isso, contudo, há que se entender as circunstâncias históricas e as contraditórias relações de poder que constituem o cenário em que nos movemos.

O autor caracteriza, assim, a política do conhecimento oficial como uma política de acordos e alianças que se processam em diferentes níveis: no nível do discurso político e ideológico, no nível das políticas estatais, no nível do conhecimento que se ensina nas escolas e no nível correspondente à nossa compreensão de tudo isso. Tais alianças, esclarece, não se dão entre iguais: ainda que o poder não seja apenas coercitivo, são as classes e os grupos sociais dominantes que definem as necessidades e os problemas, bem como as respostas que devem ser julgadas apropriadas. Todavia, salienta Apple, os acordos referentes às formas dos currículos, do ensino e dos procedimentos de avaliação nas escolas são sempre frágeis, temporários, exigindo a consideração dos interesses dos menos poderosos, o que necessariamente reserva espaço para atividades contra-hegemônicas. É esse o argumento central do livro.

Apple enfatiza ainda que reconhecer o fato de que currículo e ensino sempre terminam em um ato de aprendizagem pessoal deve levar-nos a perceber nossa participação, como indivíduos, em diferentes relações sociais, por mais que as remetamos, na análise, às relações de dominação e subordinação que se dão na sociedade mais ampla e na micro-política de nossas instituições. Reforça-se, assim, o caráter otimista da argumentação desenvolvida, que sempre aponta para a possibilidade de uma ação transformadora.

No segundo capítulo, o autor discute por que a direita está ganhando, como a direita tem construído novos acordos hegemônicos e redirecionado o senso comum para o conservadorismo, bem como examina o profundo impacto que todas essas mudanças têm provocado na forma de grande parte do público conceber a educação. Essa reestruturação do senso comum, aponta Apple, é em si mesma resultado complexo e contraditório de conflitos e acordos, constituindo-se em objeto central das atuais batalhas culturais. Não se trata, então, de uma imposição de idéias a sujeitos passivos, mas sim de um processo criativo, embasado em temas, medos e desejos pré-existentes. Em meio aos sentimentos genuínos de insegurança econômica e pessoal e à atual crise de valores, mais facilmente são construídas as concepções de que, “nós, os trabalhadores, decentes, virtuosos e homogêneos” somos prejudicados pelos direitos conferidos a negros, mulheres e homossexuais.

Apple alerta, assim, para o relativo sucesso que a coalizão construída pela direita tem tido na redefinição do discurso sobre educação. Nessa coalizão unem-se provisória e precariamente elites políticas e econômicas dominantes, interessadas em modernizar a economia, assim como frações conservadoras de outros

grupos e classes sociais. Apple destaca, ao mesmo tempo, o fato de que grupos e movimentos sociais têm buscado expandir o espaço contraditório da aliança conservadora, sugerindo que se ampliem e apoiem os esforços de democratizar escolas e salas de aula.

No terceiro capítulo, Apple focaliza os livros didáticos, considerando-os como derivados de atividades culturais, políticas e econômicas, bem como de batalhas e acordos. Ou seja, como instrumentos elaborados por pessoas reais com interesses reais. Acrescenta que seus significados e seus usos se definem diferentemente, em meio a conflitos, para diferentes grupos, estudantes e docentes.

Por seus conteúdos e formas, os livros didáticos representam construções particulares da realidade, modos específicos de escolher e organizar um dado conjunto de saberes, a partir de um universo mais amplo de possibilidades. Como componentes do currículo, tais livros participam do sistema de conhecimento organizado da sociedade. Ajudam, assim, a estabelecer padrões de verdade e constituem ponto de referência para o conhecimento, a moral, a crença e a cultura predominantemente aceitas.

Mas os livros didáticos não são somente artefatos culturais, afirma Apple. São também mercadorias, envolvidas em complicada rede de dimensões políticas e econômicas. Daí a necessidade de se considerar, na análise, toda a dinâmica associada às suas produção, publicação, recomendação, seleção e utilização. Tanto o processo como o resultado são extremamente complexos e contraditórios, o que significa que o papel que o livro didático desempenha para diferentes grupos é também complexo e contraditório. Há possibilidade, portanto, de trabalhos críticos e criativos nas escolas.

Em seqüência direta à análise do capítulo três, o quarto capítulo discute o papel do Estado na definição de uma política de livro didático, considerada por Apple como um dos principais mecanismos utilizados pela direita para interferir no processo de construção de um conhecimento oficial. Dessa política decorrem a afirmação da legitimidade do capital cultural de determinados grupos e a desvalorização dos demais saberes.

No exame dessa questão, Apple investiga o comportamento dos governos estaduais nos EUA na organização de políticas de controle dos livros didáticos. Ressalta não ser o Estado o guardião dos interesses de uma classe dominante unificada, mas sim local de divergências e de negociações entre diferentes grupos sociais, bem como o fiel da balança de interesses opostos de diferentes segmentos dos grupos dominantes. Desse modo, como o Estado é uma arena na qual disputas e negociações se desenvolvem, haverá sempre espaço para uma vitória, ao menos parcial, de grupos oprimidos.

Apple aborda, então, o papel de agentes estatais e das editoras nos processos de descontextualização e recontextualização do conhecimento incluído nos livros didáticos. Toda a argumentação desenvolvida estimula a necessária refle-

xão sobre o grau de controle estatal desejável, sobre a ação das editoras, assim como sobre os limites e as possibilidades do professorado na adoção e na utilização dos livros nas escolas. Em outras palavras, provoca a importante discussão da economia política do livro didático.

Acentuando que não são os livros didáticos e os mecanismos de controle oficial as únicas estratégias de penetração da direita nas escolas, Apple enfoca, no quinto capítulo, outra espécie de texto — o Canal Um. Trata-se de um programa de televisão, comercialmente produzido, com notícias nacionais e internacionais, transmitido para milhares de escolas americanas. Como as antenas dessas escolas são fixadas para receberem apenas o sinal de tal programação, os estudantes americanos são transformados em uma audiência cativa, vendida aos anunciantes do Canal Um.

Apple analisa como ideologicamente se criam as notícias difundidas pelo Canal Um, focalizando ainda seus possíveis efeitos em docentes e estudantes, assim como possíveis respostas a tais notícias. Considera o Canal Um como prenúncio de coisas por vir, como a “ética” da privatização e da educação voltada para o lucro. Adverte, entretanto, para o fato de que, na sala de aula, o programa é recontextualizado. Ainda que de forma limitada, mediações e transformações fazem com que a mensagem emitida não seja, necessariamente, a mensagem recebida pelos estudantes. Aos/as professores/as comprometidos/as com uma ação pedagógica crítica abre-se, então, espaço para a desconstrução do conteúdo e da forma das mensagens, bem como dos interesses a elas subjacentes.

Prosseguindo o estudo dos mecanismos e efeitos da restauração conservadora na educação, Apple discute, no capítulo seis, como tais mecanismos e efeitos se encontram em políticas menos explícitas do que a política dos livros didáticos e do Canal Um. Examina, então, a contradição entre, por um lado, o discurso da mídia em prol de privatização, mercantilização e descentralização e, por outro, uma prática escolar pautada em centralização, padronização e racionalização.

Ao analisar a propalada crise do processo de ensino, entendido como processo de trabalho, Apple chama a atenção para a presença, nesse processo, de novas características da separação dos momentos de concepção e execução, da desqualificação do professorado e da intensificação do trabalho docente. Procura situar tais características na prática concreta, cotidiana, vivida nas escolas. É nesse cotidiano que professores e professoras, em função das más condições de trabalho, terminam por julgar válidos e úteis os pacotes curriculares recebidos prontos, vistos então como capazes de facilitar a execução, em exíguo tempo, de um trabalho que precisa ser cumprido.

Essa percepção é reiteradamente utilizada pelas autoridades governamentais como justificativa da elaboração dos pacotes, que acabam, assim, por substituir os esforços que se fazem necessários para melhorar as condições de trabalho do professorado. Tais políticas curriculares, sustenta Apple, contribuem para

limitar, a longo prazo, o envolvimento intelectual e emocional do professorado com seu trabalho

Apple apresenta como exemplo do que afirma a introdução de um projeto de educação informática em um distrito escolar americano, a ser desenvolvido em aulas de Matemática. Segundo ele, no esforço por adequar o currículo às novas tecnologias, acabam sendo vistas como neutras tanto a maquinaria envolvida como as habilidades técnicas adquiridas. Difundem-se, então, definições conservadoras de tecnologia. Contudo, como nos demais capítulos, Apple acentua o caráter contraditório da ação docente, argumentando que os/as professores/as não são passivos receptores de ideologias dominantes e que suas respostas aos novos projetos implicam rejeição e reconstrução do que lhes é apresentado como conhecimento legítimo.

Nos dois últimos capítulos, o autor modifica seu estilo, procurando explicitar que é uma pessoa, com interesses, valores e compromissos, que desenvolve as reflexões apresentadas. Sua intenção é demonstrar que a luta por democracia na educação não é um processo “lá fora”, que se limite às macro-estruturas da sociedade. Essa luta está também no interior das escolas: é cotidiana, é pessoal, é de todos nós, educadores e educadoras. Assim, ao apresentar dois exemplos de suas experiências pessoais como educador, Apple nos remete à reflexão não apenas sobre sua prática, mas sobretudo sobre **no**ssa prática.

Nesse sentido, analisa, no capítulo sete, o trabalho que desenvolve em um curso intitulado *Currículo da escola elementar*, no qual o foco central é a produção de filmes. Apple questiona, então, a tecnologia como produto acabado, embasando-se na valorização das relações entre tecnologia, estética, ética e política. Não se trata do relato frio de uma experiência, mas da análise de um trabalho, com seus erros e seus acertos, seus limites e suas possibilidades, de um trabalho que se propõe a estimular ações educacionais democráticas, colocando-se na contra-mão dos processos de restauração conservadora e das políticas de conhecimento oficial abraçadas pela direita.

No capítulo oito, Apple narra suas experiências no Seminário das Sextas-feiras — momento em que pesquisadores, ativistas e alunos progressistas se encontram para conversar sobre suas pesquisas, sobre política e sobre a vida, bem como para planejar ações políticas e culturais. O argumento central do capítulo é que uma comunidade, por maior que seja seu compromisso político e intelectual, não se mantém isolada das dinâmicas econômicas, políticas e culturais contraditórias das instituições nas quais transita. Tampouco consegue permanecer imune às dinâmicas de raça, gênero, classe e outras, presentes no contexto social inclusivo.

Apple nos descreve, então, dificuldades concretas de um trabalho universitário, muitas vezes semelhantes às enfrentadas por professores/as nas escolas. Ele ainda fala das adaptações e os acordos que precisam ser feitos para manter o que ele chama de “unidade descentralizada” do grupo. Trata-se, em última análise, de um processo de construção que exige, sobretudo, o reconhecimento da

pluralidade dos interesses políticos presentes no grupo e das diferenças entre o saber teórico e o saber prático.

Ampliando o enfoque pessoal conferido aos dois últimos capítulos do livro, Apple nos apresenta, como apêndice, uma entrevista que concedeu a Carlos Torres, da Universidade da Califórnia, e Raymond Morrow, da Universidade de Alberta. Essa entrevista, segundo ele, evidencia sua busca de maior clareza, bem como seu movimento constante nos diferentes níveis da prática, da política, da biografia e da teoria.

Coerentemente com os argumentos desenvolvidos no decorrer de todo o livro, Apple reconhece que as políticas de conhecimento oficial são organizadas a partir das estruturas de dominação e de subordinação da sociedade, afirmando, ao mesmo tempo, que essas estruturas instituem as vidas reais de pessoas reais, assim como são por elas instituídas. Daí nossa responsabilidade política, ética e educacional na alteração dessas estruturas.

A luta por essa transformação requer a reconstrução completa de nossa compreensão de como a sociedade funciona. Para isso, há que se continuar a pensar relacionalmente, há que se continuar a abordar seriamente a dominância histórica de estruturas de classe, raça e gênero. Ainda, há que se superar o senso comum dominante, o que constitui uma tarefa tanto acadêmica como política. Nesse esforço, acrescenta Apple, é importante que os intelectuais não percam sua alma política no altar das grandes teorizações, movendo-se incansavelmente de teoria em teoria, e se lembrem de que a elegância teórica pode, às vezes, obstruir a compreensão dos fenômenos educacionais e dificultar a necessária união de diferentes grupos em torno da contestação das políticas neoliberais.

Coerentemente com essa perspectiva, as interpretações em *Conhecimento Oficial* oscilam, como em inúmeros outros textos da teorização curricular crítica, entre compreensões subjetivas das políticas de currículo e análises objetivas de como tais políticas reproduzem a estratificação social. A preocupação em apresentar possibilidades de mudanças sociais, apesar da força e dos efeitos da restauração conservadora, faz com que o foco se desvie com frequência para o micro e com que se releve nossa responsabilidade na luta por essas transformações. Como bem acentua Ladwig (1996), quanto maior o contexto que se examina, menos mudança se vislumbra.

Ao se esforçar por associar a agenda estrutural à agenda subjetiva, Apple insiste na consideração de diferentes dinâmicas sociais (classe, raça, gênero e outras), sem, todavia, discutir mais profundamente a consistência da tela conceitual assim formada. Trata-se de uma lógica aditiva de inclusão teórica (Ladwig, 1996), que se articula tanto a uma lógica de ativismo político, bem ao gosto das análises neomarxistas da primeira fase da sociologia do currículo, como a uma lógica de valorização do local e do subjetivo, reveladora da influência recente do pensamento pós-estrutural.

Em síntese, Apple nos apresenta uma tentativa renovada de articular estrutura e ator social, na qual procura evitar interpretações mais ortodoxas e também combinar abstrações teóricas e o “mundo real” (Moreira, 1997). Traz-nos cria-

tivas interpretações que procuram dar conta da complexidade envolvida nas situações examinadas, assim como procura nos contagiar com seu “otimismo relativo” e com seus insistentes convites para que nos engajemos na luta contra o conservadorismo que se vem tornando hegemônico no panorama educacional contemporâneo.

O problema, todavia, é que Apple termina não nos oferecendo uma discussão teórica mais profunda das tensões implicadas na proposta de preservar categorias do pensamento estrutural e aproveitar as contribuições do discurso pós-estrutural na compreensão de ações individuais em contextos mais pontuais. A nosso ver, a tentativa de vencer a distância entre o moderno e o pós-moderno fica comprometida, o que faz com que mais que a um debate produtivo entre esses “dois mundos” assistamos a saltos de um para o outro. Tais saltos, porém, demonstram que se é possível desancorarmos de um dos mundos para nos situarmos em outro, vale a pena examinarmos a possibilidade do debate entre eles (Veiga-Neto, 1997). **Conhecimento Oficial** estimula-nos a seguir essa direção, confirmando-se assim sua importância e seu potencial analítico.

#### Referências bibliográficas

- LADWIG, J. G. *Academic distinctions: theory and methodology in the sociology of school knowledge*. New York: Routledge, 1996
- MOREIRA, A. F. B. *A configuração atual dos estudos curriculares: a crise da teoria crítica*. Conferência apresentada no concurso para Professor Titular de Currículo e Ensino, Faculdade de Educação da UFRJ, Rio de Janeiro, março de 1997
- VEIGA-NETO, A. *Um debate (im)possível?*. Texto acessível via Internet pelo endereço <http://www.ufrgs.br/faced/alfredo.1997>.

Antonio Flavio Barbosa Moreira é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Alice Ribeiro Casimiro Lopes é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Endereços para correspondência:  
Faculdade de Educação  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Pasteur, 250 - fundos  
Cep 22290-240 - Rio de Janeiro – RJ  
E-mail: [afbmoreira@edu.ufrj.br](mailto:afbmoreira@edu.ufrj.br)  
E-mail: [arclopes@iis.com.br](mailto:arclopes@iis.com.br)